



Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama
do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA
Nº 01 – Ano I – Agosto/2010 – www.revistapindorama.ifba.edu.br

Política Econômica Monetarista à Brasileira - Para os Banqueiros um Delírio, para a Nação uma Asneira! Acorda Brasil!

Prof. MSc. João Batista Menezes Barbosa
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA
joabarbosa@ifba.edu.br

Resumo

A Política Econômica Monetarista foi implantada no Brasil em 1995 pelo Governo FCH (Fernando Henrique Cardoso) como meio para controlar a inflação da nova moeda, o Real. Não se questiona a eficácia dessa política como medida de curto prazo para o controle da inflação. O problema é sua adoção desacompanhada de medidas de médio prazo num país subdesenvolvido e sem projetos de longo prazo. Neste caso, o que era de curto prazo vai sendo usado no médio e longo prazo, como único meio de controle da inflação, trabalhando a lei da procura e da oferta através da contenção da procura, pela elevação dos juros de mercado e desestimulando a oferta, pela menor remuneração do capital produtivo. Os resultados no médio e longo prazo é o crescimento da carga tributária para repassar ao capital financeiro na forma de juros; redução da contrapartida dos impostos na forma de serviços públicos como saúde, educação, segurança pública e infra-estrutura; crescimento da dívida interna; falta de capital para investimento na produção e na infra-estrutura e comprometimento do processo de desenvolvimento do país condenando-o ao eterno subdesenvolvimento, ou retardando ao máximo sua chegada à categoria de país desenvolvido.

Palavras chaves: Monetarismo, Política Econômica Monetarista, Desenvolvimento.

O governo FHC assumiu a Presidência da República recebendo uma dívida interna (incluindo União, Estados, Municípios e Empresas Estatais) próxima de R\$ 170

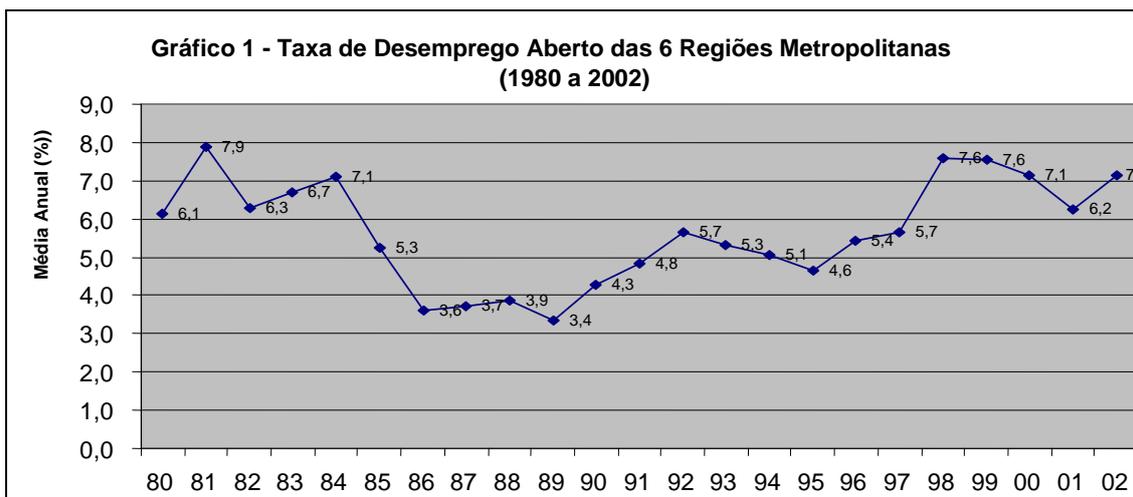
bilhões. Depois de oito anos de mandato tendo elevado a carga tributária de 28% para 36% do PIB – Produto Interno Bruto¹ com a finalidade de produzir superávit primário (saldo) para pagar juros da dívida; depois de ter arrecadado mais de R\$ 200 bilhões com privatizações e concessões de serviços públicos e usado o dinheiro para pagar juros da referida dívida, concluiu o mandato deixando a dívida em R\$ 623,19 bilhões (STN – Secretaria do Tesouro Nacional). Acumulou em oito anos uma dívida superior à acumulada por todos os governos antecessores desde o Império, apesar das centenas de bilhões pagos em juros no mesmo período. Recebeu do governo Itamar Franco uma taxa de desemprego média anual de 5,1% (1994) e entregou para o governo Lula uma taxa de 7,1% (IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

O governo Lula adotou a mesma política econômica e por falta de oposição a ela vêm trabalhando na maior parte do tempo com taxas de juros superiores à mínima necessária para controlar a inflação, deixando a suspeita que sua equipe econômica também esteja maximizando o lucro dos credores da dívida pública. Em 7 anos de governo (2003 a 2009) tendo pago mais de R\$ 100 bilhões de juros por ano, ainda elevou a dívida de R\$ 623,19 bilhões para R\$ 1 trilhão e 497,39 bilhões (STN).

A taxa de desemprego no governo FHC oscilou entre 4,6% (1995) e 7,6% (1998) de média anual, apesar de todos os solavancos da economia mundial no período e da crise econômica brasileira de 1998/1999. No governo Lula, sem oposição à Política Econômica Monetarista, a taxa de desemprego oscilou entre 7,9% (2008) e 12,4%² (2003) de média anual. Na década de 80, considerada por muitos economistas como a década perdida, a taxa de desemprego oscilou entre 3,4% e 7,9% de média anual. Sob a influência do Plano Cruzado o desemprego apresentou 4 anos seguidos (1986 a 1989) com taxas inferiores a 4,0% ao ano, hoje apenas um sonho distante para a classe trabalhadora (Gráfico 01).

¹ PIB = Somatório de todas as riquezas produzidas no país.

² Houve mudança na metodologia de cálculo da taxa de desemprego aberto do IBGE. Os dados a partir de 2003 já estão na nova metodologia. Pode ter havido quebra de continuidade com a mudança.



Fonte: PME/IBGE

Portanto, faz-se necessário um esclarecimento sobre a Política Econômica Monetarista à Brasileira quanto a seus efeitos nefastos para o desenvolvimento do país; para a retenção do crescimento do mercado interno; para a média crescente da taxa de desemprego e todos os problemas sociais advindos daí, como desagregação das famílias, aumento da violência, prostituição infantil, aumento do tráfico de drogas e todas as mazelas provenientes do aumento do exército de reserva. Tudo isso patrocinado pelo próprio governo com o dinheiro do povo! É necessário esclarecer essas questões e conclamar a sociedade organizada a pressionar o governo por um BASTA nesta política anti-Robimhood. Honrar os compromissos sim, pois não se pode atentar contra a própria credibilidade, mas, trabalhar para os credores da dívida pública, não!

POLÍTICA ECONÔMICA MONETARISTA

Monetarismo é uma teoria econômica que defende ser possível manter a estabilidade de uma economia capitalista através de instrumentos monetários pelo controle do volume de moeda disponível no país (wikipedia 2008). Nesta definição, o termo estabilidade de uma economia capitalista se refere à estabilidade do mercado financeiro e ao controle da inflação, que devem ser mantidos a qualquer custo em valores baixos para favorecer os investidores.

Esta teoria parte do princípio que todo processo inflacionário se deve ao excesso de dinheiro circulando nas mãos dos consumidores. Daí, as pessoas com mais dinheiro

para gastarem sem que haja aumento na oferta de produtos, alimentam o processo inflacionário por conta da lei da procura e da oferta.

Os principais defensores do "monetarismo", foram os economistas da Escola de Chicago, liderados por Milton Friedman e George Stigler ambos ganhadores de Prêmios Nobel de Economia. Suas idéias são associadas à teoria neoclássica da formação de preços e ao liberalismo econômico. Adotam o fundamentalismo de livre mercado como suas ideologias e abominam qualquer regulamentação da economia (wikipedia 2008).

Vários outros economistas, dentre os quais, o professor James Tobin da Universidade de Yale, ganhador do Prêmio de Ciências Econômicas em 1981, faziam severas críticas às teorias de Friedman e defendiam a intervenção governamental nas economias (wikipedia 2008). A crise econômica de 2008/2009 mostrou quanto o liberalismo econômico é auto-suficiente para ajustar o mercado. Não fosse a intervenção do Estado a economia mundial estava mergulhada na mais profunda crise de todos os tempos.

Aqui no Brasil a Política Econômica Monetarista foi adotada em 1995 e mantida até hoje como única meio de controle da inflação. Os instrumentos utilizados pelo governo são conhecidos como Instrumentos de Política Monetária. São eles: recolhimento compulsório, operações de mercado aberto e política de taxa de desconto (atualmente em desuso).

Recolhimento compulsório: consiste na retenção por parte do Banco Central, de parte do dinheiro depositado nas contas correntes dos clientes de todos os Bancos. O efeito desta medida está na redução da oferta de dinheiro para financiar o consumo das famílias. Por conta da lei da procura e oferta para o dinheiro, quanto menor a oferta deste, maior o custo do dinheiro cobrado na forma de juros dos financiamentos. Em outras palavras; aumento das taxas de juros para as compras financiadas traz como conseqüências: aumento nos valores das prestações; redução no poder de compra das famílias; redução no consumo de produtos e por conta da lei da procura e da oferta, menor consumo, inibe a elevação dos preços e mantém a inflação baixa.

Não tem nenhum custo para o governo, uma vez que dinheiro em conta corrente não rende juros. O capital produtivo vê seu faturamento e remuneração diminuírem; as

famílias pagam pelo aumento de juros reduzindo seu poder aquisitivo; e o capital financeiro contabiliza aumento de lucratividade. É na verdade, o grande beneficiado da Política Econômica Monetarista!

Política e taxa de desconto: é uma forma de empréstimo (socorro) de curtíssimo prazo para ajudar os bancos com dificuldade de fechamento do caixa por falta de liquidez. Não tem efeito sobre a inflação. É mais uma forma de prevenir os sobressaltos do mercado financeiro advindos dos pequenos bancos.

Operações de mercado aberto: consiste na venda de títulos públicos com oferta de juros muito atrativo para o mercado financeiro, como forma de retirar dinheiro deste, reduzindo a oferta de crédito para o consumo das famílias. Na verdade o governo atua como concorrente do mercado consumidor na tomada de empréstimo junto ao mercado financeiro. O efeito desta medida num país em desenvolvimento é devastador:

- a) Os bancos sempre vão preferir emprestar para o governo em vez de emprestar ao mercado consumidor. Se o banco tiver 1 bilhão de reais para emprestar ao mercado consumidor vai precisar de um verdadeiro batalhão de funcionários para caçar os clientes, fazer cadastros, analisar crédito, vai levar muito tempo até emprestar todo o dinheiro e ainda contabilizará alguma perda por falta de pagamento. Para emprestar ao governo, bastam algumas operações eletrônicas para conceder o empréstimo sem nenhum risco de calote, nem precisar contratar funcionários para análise de crédito e concessão do empréstimo;
- b) O efeito desta medida em parte é similar à do recolhimento compulsório: consiste na redução da oferta de dinheiro para financiar o consumo das famílias. Por conta da lei da procura e da oferta, quanto menor a oferta de dinheiro maior será o custo pelo seu uso. Em outras palavras, aumento das taxas de juros para as compras financiadas; maior os valores das prestações; menor o poder de compra das famílias; menor o consumo de produtos e por conta da lei da procura e da oferta, o consumo em queda implica em inflação decrescente. É também a forma mais eficiente já inventada para aumentar a transferência de renda das famílias para o capital financeiro e aumentar a concentração de renda de um país. Mas, o efeito maléfico não pára por aí. Veja o efeito dominó.

- c) Se a demanda por produtos cai, o comércio passa a vender menos; comprar menos da indústria, que passa a produzir menos tentando buscar o novo ponto de equilíbrio entre procura e oferta; daí vem a redução da demanda por mão-de-obra. É o desemprego batendo na porta dos trabalhadores, que começa pelo comércio, avança para a indústria e se espalha para os demais setores da economia.
- d) Realimentação do desemprego – menor número de pessoas empregadas significa menos consumidores com poder de compra; daí um menor consumo, menores vendas no comércio, menor produção na indústria e mais desemprego. Gera o círculo vicioso do regresso, o contrário do progresso. A elevação da taxa de juros reflete diretamente na redução da atividade econômica, no aumento da concentração de renda, no aumento do desemprego e em todas as mazelas advindas do aumento de pessoas desocupadas, sem renda e tentando sobreviver a qualquer custo. Devia ser usada exclusivamente como medida emergencial e somente pelo tempo indispensável. Mas o efeito maléfico não pára por aí.
- e) Mais desemprego, as empresas passam a reduzir os salários demitindo empregados mais antigos e contratando outros com salários mais baixos, na tentativa de recuperar as margens de lucro. Maior desemprego também favorece as empresas no aumento das exigências de qualificação para novas contratações, muitas das quais desnecessárias, também favorecendo a prática disfarçada de muitos tipos de discriminações devido á abundância de mão-de-obra.

Conseqüências para o governo: maior desemprego, o governo contabiliza redução na arrecadação do INSS - Instituto Nacional de Seguridade Social, bem como aumento nas despesas com pagamento de seguro desemprego. Reduções da atividade econômica e da massa salarial causam redução na arrecadação de tributos cobrados diretamente nos produtos e serviços, bem como na arrecadação de impostos e contribuições sociais cobrados sobre os salários favorecendo o desequilíbrio das contas públicas. Além do mais, aumento na taxa de juros causa aumento na despesa com juros da dívida interna, que passa a devorar uma parcela maior do orçamento e do PIB para sua rolagem.

A NAÇÃO PAGA A CONTA PASSIVAMENTE EM SEU PRÓPRIO PREJUÍZO

Agora com a redução da receita e aumento da despesa o governo precisa aumentar os impostos para tentar equilibrar as contas. Apesar da elevação da carga tributária de 28% para 36% do PIB nos últimos 15 anos, o governo não consegue mais pagar os juros da dívida pública, que se juntam ao principal e passam também a render juros formando a dívida bola de neve. O capital financeiro foi agraciado pelo governo com a maior parte dos 8% do PIB cobrados a mais em impostos e mesmo assim a dívida pública cresce em valor nominal e em proporção do PIB tendo fechado maio/2010 com R\$ 1.614,42 bilhões (1 trilhão, 614 bilhões e 420 milhões) (STN). Somente as despesas com juros, se o governo pagasse na íntegra sem deixar acumular, destinaria próximo de 6% do PIB, algo sem similar no resto do mundo para uma dívida inferior a 50% do PIB.

A solução seria aumentar ainda mais os impostos e pagar os juros na sua totalidade para impedir o crescimento da dívida pública?

Vejamos: com a economia globalizada, as empresas têm capacidade limitada de recolher impostos para o Estado sem comprometer sua competitividade no mercado. Se o governo buscar o limiar dessa capacidade com aumentos de impostos, muitas empresas quebrarão por falta de competitividade no mercado global, seja na competição lá fora ou no mercado interno com produtos importados. Como consequência, o governo terá queda na arrecadação de impostos; o risco Brasil se elevará e poderemos ser o pivô da próxima crise econômica mundial. O governo não terá matado a fome dos banqueiros e credores da dívida pública com mais juros, mas terá ferido de morte a galinha dos ovos de ouro!

Consequências para a nação: o governo passa a aumentar os impostos e destinar uma parcela cada vez maior do PIB para pagar os juros da dívida pública, mesmo assim a dívida continua crescendo. Com a dívida devorando uma parcela maior do orçamento público o povo passa a pagar imposto crescente para a satisfação do governo e dos credores da dívida pública, mas, receber contra partida decrescente em termos de saúde educação, segurança pública e infra-estrutura.

Segundo estudos publicados pelo IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, de 2000 a 2007 o Brasil pagou em juros da dívida pública R\$ 1.267.600.000.000,00; isso mesmo: (1 trilhão, 267 bilhões e 600 milhões de reais), mesmo assim, no

mesmo período a dívida subiu de R\$ 438,8 bilhões para R\$ 1.333,75 bilhões (STN). A dívida triplicou, apesar da montanha de dinheiro pago em juros. Enquanto isso, o mesmo estudo do IPEA aponta que os gastos com educação, saúde, segurança pública e infra-estrutura que deveriam ser prioridades de qualquer governo que prima pelo desenvolvimento da nação, seja ele democrático ou não, não chegaram a 45% do valor destinado ao pagamento de juros. Afinal de contas, o governo governa para quem? Para o benefício da nação, ou apenas para o benefício dos banqueiros e credores da dívida pública?

Somente para se ter uma idéia daquela montanha de dinheiro devorada pela dívida pública na forma de juros, vamos comparar com o ouro (em valores de 2008 quando o estudo foi publicado):

1 grama de ouro = R\$ 64,00; 1 kg = R\$ 64.000,00; 1 ton = R\$ 64 milhões;
(1.267.600 milhões/64 milhões) = 20.000 ton. Ou seja, o valor destinado ao pagamento de juros chegou a vinte mil toneladas de ouro, ou 20 milhões de quilos de ouro. Considerando que uma carreta transporta 33 toneladas e tem comprimento médio de 18 metros, seria necessária uma frota de $(20.000/33) = 606$ carretas. De pára-choques tocando-se daria uma fila de $(606 \times 18) = 10.900$ metros, ou quase 11 km.

A Política Econômica Monetarista ainda adolescente no Brasil faz aniversário de 16 anos no fim do ano quando Lula termina o mandato. A contabilidade dos juros acima contemplou apenas um período de 8 anos. Agora é multiplicar por 2 para estimar no período total e você chegará à conclusão que nos 8 anos do governo FHC somados aos 8 anos do governo Lula, a economia brasileira terá sido sugada pelo capital financeiro com o aval do governo, o suficiente para formar uma fila de carretas de quase 22 km carregadas com barras de ouro. Convertendo o aumento da dívida nos 16 anos, em toneladas de ouro (dívida inicial R\$170 bilhões; final de 2010 R\$ 1.700 bilhões (estimada pela STN); aumento de R\$ 1.530 bilhões), que convertidos em carretas de ouro e somados aos valores pagos em juros, o custo total desta política econômica chegará a uma fila de 35 km de carretas carregadas com barras de ouro. Acredito que o Brasil foi mais sugado por estes dois governos a serviço do capital financeiro em apenas 16 anos de mandatos, que pela Coroa Portuguesa em mais de 300 anos de domínio do Brasil Colônia. É muita generosidade dos governos com os banqueiros e credores da dívida pública a custa do sacrifício da nação!

ADMINISTRANDO A DÍVIDA PÚBLICA A SERVIÇO DOS CREDORES

Por que na retração da economia, baixar os juros vem como última opção, e, somente depois que todas as outras opções foram tentadas sem resultados? Este foi o comportamento da equipe econômica brasileira durante a crise econômica de 2008/2009. Não baixou os juros quando deveria baixar e ainda os elevou indo na contramão dos Bancos Centrais do resto do mundo. Por que tanta resistência em baixar os juros mesmo diante de uma crise de crédito? Por que no crescimento da atividade econômica, elevar os juros vem sempre como primeira opção e na retração é usada como última opção?

A resposta a estas questões requer uma análise da lógica do credor e do devedor. O credor está sempre interessado em maximizar suas receitas com juros buscando aumentar a taxa diante de qualquer fato que justifique sua elevação. Já o devedor está sempre tentando reduzir suas despesas com juros e quando pode, busca reduzir a taxa de juro dos empréstimos e/ou recomprar a dívida velha pagando juros menores com novos empréstimos.

Um governo legitimado nas urnas e com liberdade para conduzir a economia do país, administrará a atividade econômica, bem como a dívida pública pela lógica do devedor: na retração da economia, baixar os juros vem em primeiro lugar, seguido de redução no depósito compulsório, aumento das linhas de crédito e dos prazos de financiamento e redução temporária de impostos. No aquecimento excessivo da economia, faz o caminho diferente: reduz linhas de créditos e prazos de financiamentos, aumenta o depósito compulsório da rede bancária, deixando aumento de impostos ou de juros como últimas opções. Isto é o que faria o governo se administrasse a economia pensando nos interesses dos devedores, que são todos nós brasileiros que já nascemos devendo (R\$ 1.614.420 milhões/193 milhões de brasileiros) = R\$ 8.365,00 para os credores da dívida pública. (Base: maio/2010. Fonte: STN; IBGE)

Porém, conforme demonstrado, o governo está trabalhando com a lógica do credor, que busca maximizar sua receita com juros a custa do sacrifício do povo que paga a conta! Até quando isto vai continuar? O que esperar dos próximos 16 anos se a Política Econômica não mudar? Considerar que: nos próximos 16 anos a equipe

econômica já está tão à vontade a serviço do capital financeiro, que já publica metas de juros anuais a ser alcançada; a dívida pública já se aproxima de 50% do PIB; a carga tributária já foi elevada em 8% do PIB e a economia do país se aproxima do limiar de sua capacidade de arrecadação de impostos e contribuições sociais sem quebrar as empresas.

CONSEQÜÊNCIAS NO LONGO PRAZO

Não se questiona a eficácia dos juros na comercialização de títulos públicos como forma de controlar a inflação. De fato como medida de curto prazo não existe nada mais eficiente! Ela mata as pessoas de fome, empurra milhões de trabalhadores para o desemprego, subemprego e marginalidade produzindo violência crescente, mas a inflação cede! O problema é sua aplicação no médio e longo prazo como único meio de controle da inflação: o país passa a acumular uma dívida interna impagável! O governo precisa aumentar os impostos tirando mais dinheiro das famílias para tentar pagar os juros da famigerada dívida. Como não é mais possível pagá-los em sua totalidade, parte dele se junta ao principal que passa também a render juros.

As famílias agora vêem parte de suas rendas transferidas para o capital financeiro de duas formas: como juros dos financiamentos ao consumo de suas compras e como juros da dívida pública que é pago com parte dos seus impostos que deveriam retornar na forma de benefícios. É a política para privilegiar a remuneração do capital financeiro em detrimento da remuneração do capital produtivo e da força de trabalho! Ainda não foi inventado nada mais engenhoso para transferir renda das famílias e do orçamento público para o capital financeiro que a tal Política Econômica Monetarista aplicada em país pobre, onde os juros são maximizados pelo governo para o benefício dos credores da dívida pública. No caso do orçamento público, a equipe econômica do governo adquire poderes absolutos para transferir dezenas de bilhões de reais para os credores da dívida pública cortando verbas da educação, saúde, segurança, infra-estrutura, etc. desde que sejam transferidos na forma de pagamento de juros. Tudo dentro da mais perfeita legalidade sem que qualquer Ministério Público ou Privado possa fazer qualquer coisa contra.

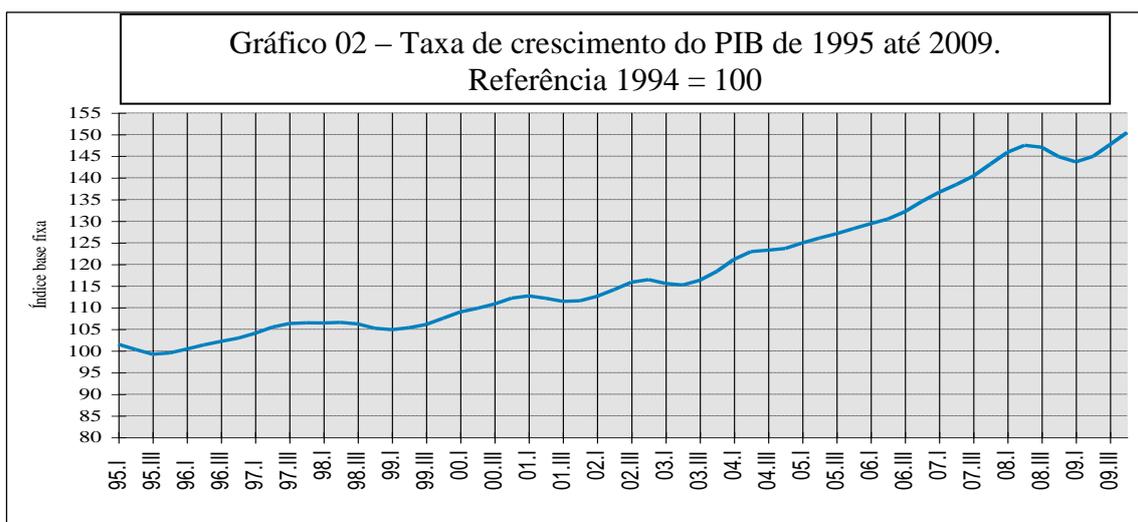
Vejamos a diferença nos custos com os juros da aplicação desta política econômica num país de primeiro mundo como os EUA – Estados Unidos da América, onde a justiça age com rigor contra a corrupção e num país de terceiro mundo como o Brasil, onde a corrupção corre frouxa. No período analisado (2000 a 2009), a maior taxa de juros praticada no Brasil para comercialização dos títulos da dívida pública foi 26,50% ao ano, e a menor foi 8,75% (BCN – Banco Central do Brasil). Enquanto isso, nos EUA a maior taxa de juros para comercialização dos títulos da dívida pública foi 5,50% ao ano, e a menor foi 0,25% ainda em vigor. Para uma dívida de \$ 1 bilhão, os EUA pagariam juros anuais máximos de \$ 55 milhões e mínimos de \$ 2,5 milhões. Para o Brasil, uma dívida de igual valor custaria juros anuais máximos de \$ 265 milhões e mínimos de \$ 87,5 milhões.

Com as taxas de juros no máximo para os dois países, o Brasil pagaria em um ano, quase o valor que os EUA pagaria em 5 anos ($265/55 = 4,82$). Com as taxas de juros no mínimo para os dois países, os juros pagos pelo Brasil em um ano, dariam para os EUA pagar juros durante 35 anos ($87,5/2,5 = 35$). Em outras palavras; com os juros no mínimo algo raro por aqui, o que o companheiro Lula pagaria de juros em 8 anos de mandato, daria para o companheiro Obama pagar juros durante $(8 \times 35) = 280$ anos de mandato. Haja vida longa! Com o Brasil operando juros no máximo e os EUA operando no mínimo, os 280 anos passariam para $((265/2,5) \times 8) = 838$ anos. Na hora de gastar dinheiro com juros o governo age como shake árabe, parece que está saindo dinheiro pelo ladrão; mas, na hora de gastar dinheiro com educação, saúde, segurança pública e infra-estrutura, o governo age como mendigo, parece que está contando as moedinhas.

Nesta data (22/07/2010) com a taxa Selic em 10,75%, para uma dívida de igual valor, os juros pagos pelo Brasil em um ano, dariam para os EUA pagar juros durante $(10,75/0,25 = 43)$ 43 anos. Os juros pagos pelo companheiro Lula em 8 anos de mandato, dariam para o companheiro Obama pagar juros durante $(43 \times 8 = 344)$ anos de mandato.

Com juros tão escandalosos assim, o país não tem dinheiro suficiente para investir em educação, saúde, segurança pública, infra-estrutura, não cresce o mercado interno e vamos ficando para trás com relação aos demais países em desenvolvimento. Antes desta política econômica monetarista desenvolvida para favorecer banqueiros em países pobres e corruptos, o Brasil era a 8ª economia do

mundo, quando a China nem aparecia entre as 10 maiores. Hoje, somos a última entre as 10 maiores economias do mundo e a China com sua política de crescer o PIB buscando o limiar de sua capacidade, já ocupa a segunda posição atrás apenas dos EUA. Se a China mantiver sua média de crescimento dos últimos 10 anos dobrando o PIB a cada 7 anos, ela ocupará a primeira posição em 14 anos e se distanciará rapidamente dos EUA. E o Brasil, onde estará com seu PIB levando 15 anos para acumular crescimento de apenas 50%? (Gráfico 02).



Fonte: IBGE

A média de crescimento do PIB dos últimos 15 anos com relação ao ano anterior, ficou apenas em 2,74%; bem abaixo do crescimento da economia mundial (Fig. 01). Por que depois do controle da inflação em 1994 o PIB brasileiro não deslançou? Ao contrário, passou a crescer bem abaixo da média do PIB mundial?

A Fig. 01 mostra que, a partir de 1995 quando iniciou a Política Econômica Monetarista o PIB brasileiro teve taxa de crescimento acima da economia mundial apenas em 1995 embalado pelo crescimento de 1994 com a entrada do Real, e 2007 quando a taxa de juros Selic chegou a valores razoáveis tendo terminado o ano em 11,25% permitindo um crescimento acima da média mundial. Em 2008 tivemos crescimento acima da média mundial porque a crise econômica atingiu por último a economia brasileira. Apesar de o governo brasileiro ter elevado as taxas de juros quando deveria baixá-las, apressando a chegada da crise à economia real do Brasil.

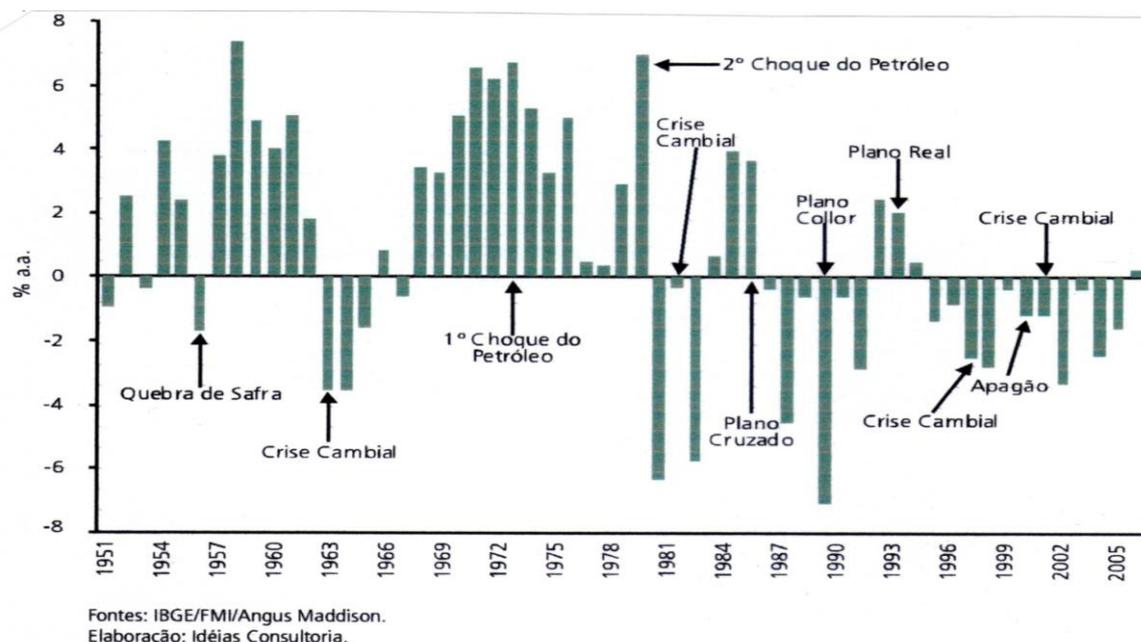


Fig. 01 – Taxa de crescimento do PIB brasileiro menos a taxa do PIB mundial

Nos demais anos de Política Econômica Monetarista à Brasileira, a taxa de crescimento do PIB brasileiro ficou para trás com relação ao resto do mundo, mas, o lucro dos bancos brasileiros, este ficou muito a frente do resto do mundo!

As grandes perguntas são: a serviço de quem o governo conduz, se é que conduz a economia do país? Por que o governo entregou o comando da economia aos credores da dívida pública? Que meios os credores usaram para a conquista da pasta mais importante do governo? São perguntas que não querem calar-se, mas, ficarão sem respostas objetivas. Porém, diante de todos os números aqui levantados, as respostas parecem óbvias!

Pelo exposto acima, vimos que a Política Econômica Monetarista é fundamentada na lei de mercado conhecida como lei da procura e da oferta. Em mercados com preços livres, um aumento na procura por um determinado produto, tende a elevar seu preço contribuindo com aumento da inflação. Por outro lado, um aumento na oferta do produto (é o caso dos produtos agrícolas no período da safra) causa uma redução no seu preço colaborando com a redução da inflação. Logo o controle da inflação pode ser feito tanto pela contenção do consumo (Política Econômica Monetarista), quanto pelo aumento da oferta de produtos (Política Econômica Desenvolvimentista).

Controlar a inflação apenas pela contenção do consumo, o custo é muito alto para o povo, conforme já visto, mas, não dá trabalho para a equipe econômica, basta uma

canetada na taxa de juros selic para controlar a inflação. O resultado é devastador, conforme já demonstrado, mas tem efeito imediato. É típico de países ricos com economias maduras, que crescem pouco e operam com taxas de juros baixas; ou de países em desenvolvimento com governos preguiçosos que não querem ter trabalho de administrar uma economia com crescimento robusto; ou de governos dominados pelo capital financeiro e sem liberdade para administrar a economia a serviço da nação.

Controlar a inflação atuando no aumento da oferta de produtos dá muito trabalho para o governo: é necessário um planejamento estratégico de médio e longo prazo para garantir a sustentabilidade do crescimento sem aumento da inflação; é necessária ações articuladas de diversos Ministérios para garantir a infra-estrutura necessária ao crescimento da economia; para garantir a mão-de-obra qualificada; para dar segurança às famílias em seus deslocamentos para o trabalho, ou nas compras, ou no lazer e nos lares; é necessário políticas de desenvolvimento de longo prazo para nortear o processo que conduzirá o país à categoria de país desenvolvido; é necessário financiar o aumento da produção com juros compatíveis aos juros do mercado internacional e distribuir melhor a renda para garantir o crescimento e desenvolvimento do mercado interno. Dará muito trabalho, é verdade, não é para um governo qualquer!

Com a política de juros altos, sobra dinheiro para financiar o consumo estimulando o endividamento das famílias, favorecendo a inadimplência do crédito e realimentando a alta dos juros de mercado. Porém, falta dinheiro para financiar a produção que não tem capacidade de pagar juros elevados desestimulando o investimento no aumento da produção e realimentando a necessidade de juros altos para conter a demanda. Criou-se o círculo vicioso, onde é desestimulado o investimento na produção; estimulado o desvio de capital da produção para financiamento do consumo; contenção do consumo pela elevação da taxa de juros desestimulando novamente o investimento na produção e realimentando o círculo vicioso. Caímos numa camisa de força! (Fig. 02).

Ou o governo retoma o comando da economia e muda a Política Econômica para sair desse círculo vicioso, ou a nação muda o governo e retoma o comando da economia das mãos do capital financeiro, ou o Brasil estará condenado ao subdesenvolvimento! Ou na melhor das hipóteses, se mantiver o crescimento médio

dos últimos 15 anos, ainda levará mais de 50 anos para chegar ao PIB/capita mínimo de país desenvolvido, mesmo assim com uma baita desigualdade entre ricos e pobres e violência crescente. O mesmo processo poderia levar menos de 30³ anos a partir do Plano Real, se a opção tivesse sido pela Política Econômica Desenvolvimentista, buscando o limiar de crescimento da atividade econômica respeitando apenas um teto razoável para a inflação e a capacidade da infraestrutura, como vem fazendo a China. Por este caminho, faltariam menos de 15 anos para chegarmos a país rico. Nossa renda média atual estaria mais que o dobro do

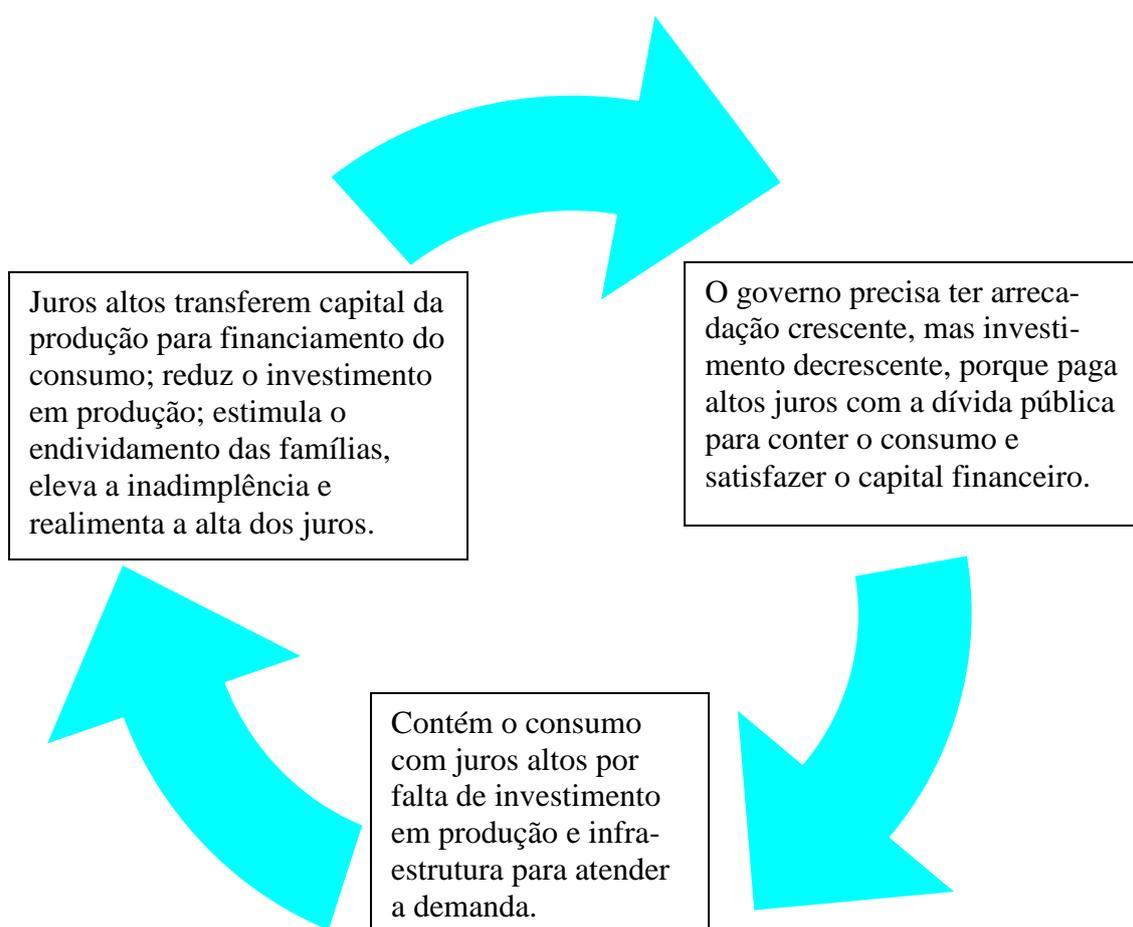


Fig. 02 – Círculo Vicioso da Política Econômica Monetarista à Brasileira

que temos. Já dava até para começar a pensar como seria viver num país rico sem sair do Brasil. Mas, o governo tomou o bonde errado, optou por privilegiar o capital

³ O PIB cresceu 50% e ainda precisa ser multiplicado por 4 para chegarmos no nível mínimo de país rico. Ou o PIB daquela época multiplicado por 6. Na Política Econômica Desenvolvimentista é razoável um crescimento médio do PIB em 6,5% ao ano. Assim, ele seria multiplicado por 6 em 28 anos e meio.

financeiro e foi dominado por ele, que conduz a economia do país legislando em causa própria em detrimento do capital produtivo e da força de trabalho. De quebra, elevou o país à categoria de pior distribuição de renda do mundo! Portanto, faz-se necessário e urgente, reconhecer o erro, retomar o comando da economia e corrigir os rumos, ou estaremos fugitivos do país, se quisermos viver num país desenvolvido.

REFERÊNCIAS

- 1 – <http://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Monetarismo&printable=yes> acessado em 26/06/2008.
- 2 – <http://www.bcb.gov.br/?COPOMJUROS> acessado em 15/05/2010.
- 3 – http://www.tesouro.fazenda.gov.br/hp/relatorios_divida_publica.asp acessado em 16/05/2010.
- 4 – ftp://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Mensal_de_Emprego/fasciculo_indicadores_ibge/ acessado em 14/05/2008.
- 5 - ftp://ftp.ibge.gov.br/Contas_Nacionais/Contas_Nacionais_Trimestrais/Fasciculo_Indicadores_IBGE/ acessado em 06/04/2010.
- 6 – http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/2009/Livro_SociedadeeEconomia.pdf acessado em 04/06/2010.

Publicado, em 22 de agosto de 2010, na www.revistapindorama.ifba.edu.br